



7 • Correio Braziliense — Brasília, terça-feira, 5 de agosto de 2025

Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na segunda-feira	Ibovespa nos últimos dias	Na segunda-feira	Últimos	Comercial, venda na segunda-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
0,4% São Paulo	133.071	R\$ 5,506 (- 0,71%)	R\$ 1.518	R\$ 6,370	14,90%	14,91%	Fevereiro/2025 1,31 Março/2025 0,56 Abril/2025 0,43 Maio/2025 0,26 junho/2025 0,24
1,34% Nova York	30/7 31/7 1/08 2/08	29/julho 5,569 30/julho 5,589 31/julho 5,600 1/agosto 5,545					

GUERRA COMERCIAL

As medidas estão prontas, mas vêm sendo ajustadas desde a divulgação da lista de setores isentos da taxaço, que excluiu 694 produtos

Plano de contingência, só depois da taxaço

» VICTOR CORREIA
» RAPHAEL PATI

O governo vai esperar para anunciar um conjunto de medidas econômicas para minimizar o impacto da taxa de 50% sobre produtos brasileiros já oficializada pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. De acordo com o Planalto, o plano de contingência já está pronto, mas vem sendo ajustado desde a divulgação, na semana passada, da lista de setores isentos da taxa, que excluiu 694 produtos.

Caso não haja adiamento por parte dos EUA, a tarifa entra em vigor a partir de amanhã, atingindo produtos como carne bovina, frutas, indústria têxtil e café, entre outros. Como ainda há esperança de alguns dos itens entrem para a lista de exceção, a estratégia do governo é aguardar as tarifas serem oficializadas.

Segundo interlocutores a par das discussões no Planalto, ainda não há uma definição se as medidas serão anunciadas em pacote ou de forma separada para cada setor. Ontem, o vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Geraldo Alckmin, se reuniu com representantes de setores impactados com o tarifaço.

A reunião contou com a participação de outros ministros do governo Lula, como Rui Costa, da

Casa Civil, Carlos Fávaro, da Agricultura e Pecuária, Paulo Teixeira, do Desenvolvimento Agrário, e André de Paula, da Pesca. Representantes de setores como café, carne bovina, pescados, madeira, frutas e mel que, até o momento, devem ser taxados em 50%, participaram do encontro para debater propostas com o vice-presidente.

Após o encontro, em entrevista a jornalistas, Alckmin anunciou que o Conselho de Ministros da Câmara de Comércio Exterior (Camex) aprovou a entrada de consulta, pelo Brasil, à Organização Mundial do Comércio (OMC) contra a aplicação da tarifa de importação. A palavra final, no entanto, é do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. A consulta à entidade é o primeiro passo para a contestação formal de medidas relacionadas ao comércio internacional.

Alckmin lembrou que 45% dos produtos comercializados entre Brasil e Estados Unidos foram excluídos da taxaço. Outros 20% são taxados de acordo com a Seção 232, que determina alíquotas únicas para determinados produtos, independentemente do país de origem. A redução da tributação sobre os 35% restantes seria o objetivo do governo neste momento, segundo o ministro. "Esses 35% são o desafio de trabalharmos aí para reduzir alíquota ou excluir, também, como os demais setores", afirmou.

André Neiva



Alckmin e ministros das áreas envolvidas ouviram sugestões de representantes do setor de alimentos

Apesar disso, empresários ainda prejudicados com as tarifas saíram frustrados da reunião. "A gente reconhece que existe uma preocupação, mas uma medida efetiva não chegou ainda para o setor", afirmou o presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Pesca

(Abipessa), Eduardo Lobo. Por outro lado, o ministro do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura Familiar (MDA), Paulo Teixeira, disse que o governo está disposto a ouvir os setores e intensificar a negociação para a diminuição das tarifas e a exclusão

destes setores. "(O governo) também procura alternativas de países que possam comprar os nossos produtos. Está sendo feito também, discutindo com vários mercados consumidores que poderiam comprar os nossos para que não haja perda para os produtores", disse.

Vieira fala em conluio

O ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, declarou, ontem, que a soberania brasileira "não é moeda de troca", e fez duras críticas ao que chamou de "conluio" entre brasileiros e forças estrangeiras que levou à tentativa de interferência no Judiciário pelo governo dos Estados Unidos.

Vieira também afirmou que os brasileiros que atentam contra a soberania nacional são "saudosistas" da ditadura militar e enfatizou que o país derrotou uma nova tentativa de golpe militar entre 2022 e 2023. Ele comentou sobre o tema ao discursar durante a celebração dos 80 anos do Instituto Rio Branco, escola de formação de diplomatas.

"Tenho enorme orgulho e sentido de responsabilidade na atual tarefa de liderar o Itamaraty na defesa da soberania brasileira de ataques orquestrados por brasileiros em conluio com forças estrangeiras", declarou Vieira. "Nesse ultrajante conluio, que tem como alvo a nossa democracia, os fatos e a realidade brasileira não importam para os que se erigem em veículo antipatriótico de intervenções estrangeiras", acrescentou. A cerimônia ocorreu no Palácio do Itamaraty.

A declaração ocorre em meio às sanções dos Estados Unidos contra o Brasil e autoridades brasileiras, especialmente o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, alvo da Lei Magnitsky, que impôs uma série de restrições financeiras ao magistrado. As ações, que incluem uma sobretaxa de 50% sobre produtos brasileiros, foram orquestradas por aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro, em especial seu filho Eduardo Bolsonaro (PL-SP), que pediu licença do cargo de deputado federal e se mudou para os EUA. (VC e RP)

Saúde vai investir R\$2,4 bilhões em equipamentos

» CAETANO YAMAMOTO*

O governo vai comprar mais de 10 mil equipamentos de saúde para atendimento básico e cirurgias, com investimento de R\$ 2,4 bilhões, com preferência a produtos brasileiros, mesmo que seus preços sejam 20% superiores aos itens importados. O fortalecimento da indústria nacional é uma precaução diante das tarifas norte-americanas.

As compras do Sistema Único de Saúde (SUS) serão feitas pelo Ministério da Saúde, via edital, no âmbito do PAC-Saúde — Com investimento na ordem de R\$ 31,5 bilhões, a PAC-Saúde representa um salto na expansão da assistência à população, possibilitará, nos próximos quatro anos, a universalidade de serviços essenciais na rede pública, além da retomada do investimento em políticas públicas, especialmente em

obras de infraestrutura econômica, social e urbana.

A primeira concorrência — momento em que as indústrias e empresas devem apresentar seus produtos para serem escolhidas — começou ontem, a partir de uma lista de equipamentos publicada no *Diário Oficial da União* da última quinta-feira.

"O momento atual reforça a importância de fortalecer as nossas empresas e a nossa indústria para maior soberania e segurança para

a nossa saúde. Esta é também uma oportunidade de uma mobilização ainda maior. Investir no Complexo Econômico Industrial da Saúde é uma estratégia essencial para proteger empregos e vida", afirmou o ministro da Saúde, Alexandre Padilha.

O Brasil produz, atualmente, em torno de 45% das necessidades nacionais em medicamentos, vacinas, equipamentos e dispositivos médicos. A meta da Nova Indústria Brasileira (NIB) é elevar a produção a 50%

até 2026 e a 70% até 2033. "Absolutamente todos os países com políticas industriais têm interesse na garantia de compras públicas, que trazem previsibilidade em um espaço temporal extremamente razoável", explica o secretário de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços do MDIC, Uallace Moreira.

*Estagiário sob a supervisão de Edla Lula



RAUL VELLOSO

ESSE CRESCIMENTO DEVEU-SE A UMA INVENÇÃO FORA DE PROPÓSITO, EM SETEMBRO DE 2023, DO CHAMADO ATESTMED. COM ESSA MEDIDA, QUALQUER FRAUDADOR SIMULA UM ATESTADO MÉDICO NO SEU COMPUTADOR OU CELULAR, MANDA PARA O INSS E RECEBE O BENEFÍCIO SEM TER QUE FAZER PERÍCIA

Para atacar o cerne da questão

Enquanto o nosso país debate como fará para se adaptar à famigerada tarifa aduaneira média que nos foi imposta pela nação provavelmente mais rica do mundo, sob o comando da figura, no mínimo super polêmica, de seu atual presidente, me posicione do lado dos que, em que pese isso, acham que a caótica situação fiscal do nosso país é o problema número um que temos de enfrentar por aqui. Dito de outra forma, é o que precisa ser rapidamente diagnosticado e, ao final, equacionado. (Nesse contexto, agradeço a ajuda crucial do especialista Leonardo Rolim).

Para tentar equilibrar as contas públicas, no dia 11 de junho deste ano o Governo Federal havia editado a Medida Provisória nº 1.303, após a reação negativa do Congresso

e alguns setores produtivos a dois decretos presidenciais publicados em maio (o 12.466/25 e o 12.467/25), que aumentavam o IOF (Esperava-se que eles tivessem um foco firme na redução do gasto, algo que não ocorreu).

Todos os que acompanham de perto as contas públicas sabem, hoje, que o grande desafio fiscal do governo é equilibrar as contas por intermédio do controle das despesas obrigatórias, especialmente as previdenciárias, que representam, somando com o BPC, não menos que cerca de 58,5% das despesas primárias da União.

Diante disso, havia uma grande expectativa de que essa medida provisória trouxesse alterações nas regras previdenciárias que, de fato, controlassem o crescimento da despesa. É que é muito difícil imaginar que a despesa

previdenciária iria sozinha cair, exatamente quando estamos passando por um rápido processo de envelhecimento, o que faz com que cada vez tenhamos mais aposentados.

A não ser que, se houver uma melhor gestão previdenciária, seja possível conter as fraudes que sempre foram um problema sério na previdência, e que, nos últimos anos, com a evolução das fraudes cibernéticas, ganhou uma dimensão muito maior. O TCU já afirmou que cerca de 11% das despesas previdenciárias são indevidas. Isso representa, pasmem, cerca de R\$ 110 bilhões de reais apenas em 2025. Se considerarmos que metade desse valor poderia, efetivamente, ser economizado se o Ministério da Previdência e o INSS fizessem o que manda a Lei, teríamos uma

economia de cerca de R\$ 55 bilhões.

Apenas para ter uma ordem de grandeza, conforme informado pela imprensa, existe cerca de um milhão de processos no sistema de Monitoramento Operacional de Benefícios (MOB). Historicamente, cerca de 55% desses processos levam à cessação do respectivo benefício. Isso significa dizer que estamos pagando todo mês cerca de 550 mil benefícios indevidos. Fazendo uma "conta de padaria", são cerca de 14 bilhões por ano que estão saindo pelo ralo, pela falta de capacidade ou prioridade do INSS em combater as fraudes.

Esse é apenas um de muitos exemplos. Outro, é a necessidade de revisão, a cada dois anos, do BPC da pessoa com deficiência. Todavia, a última vez que essa revisão ocorreu foi em 2009. Juntando a falta de revisão do BPC com as fraudes cibernéticas, verificou-se, nos últimos anos, um alarmante crescimento nos

gastos com tal benefício. O mesmo ocorreu com a previdência rural e com o Seguro-Defeso.

Porém, o caso mais sério é, talvez, o aumento das despesas com o auxílio por incapacidade temporária, o antigo Auxílio-Doença. Nesse caso, há uma responsabilidade mais direta do Ministério da Previdência Social e do INSS, pois esse crescimento deveu-se a uma invenção fora de propósito, em setembro de 2023, do chamado Atestmed. Com essa medida, qualquer fraudador simula um atestado médico no seu computador ou celular, manda para o INSS e recebe o benefício sem ter que fazer perícia, nem precisar confirmar a veracidade do atestado.

A justificativa inicial do Atestmed era, pasmem, que iria reduzir despesas por reduzir a fila do INSS. Qualquer um sabe que seria exatamente o oposto. Iria ampliar imensamente o número de requerimentos, as despesas do

INSS e, consequentemente, as filas. Dito e feito. O impacto do Atestmed, desde a sua implantação, deve chegar a uma ampliação de despesa na ordem de pelo menos R\$ 30 bilhões.

Na MP 1.303, o governo federal finalmente reconheceu que o Atestmed foi um erro e que causa mais despesa e não redução desta. Todavia tenha feito o diagnóstico certo, porém com a medicação errada. Ao invés de acabar ou remodelar completamente o Atestmed para evitar as fraudes, simplesmente reduziu seu prazo de duração para 30 dias. Isso vai reduzir o desperdício de dinheiro público, mas não vai acabar com as fraudes. Por outro lado, vai criar um retrabalho imenso para o INSS, que já está com a maior fila da história e ainda com o abacaxi de resolver o escândalo dos descontos associativos. (Voltarei ao assunto com a ajuda crucial do especialista Leonardo Rolim, talvez a que mais entenda dele).